



Desde 2008 que lisboetas têm ao seu dispor um mecanismo pelo qual podem propor e ver votadas obras para a cidade

# Mais 6000 votaram no Orçamento

**Lisboa** Verbas para propostas dos cidadãos podem diminuir em 2013

— ISABEL TEDEIRA DA MOTA  
 aisabelmota@jn.pt

O Orçamento Participativo de Lisboa de 2012 teve 17 mil votantes, mais seis mil que o de 2011. O prazo para a eleição de 228 propostas dos cidadãos acabou ontem. Apesar do êxito, a Câmara admite que, em 2013, a verba destinada a este mecanismo pode sofrer cortes.

A votação do Orçamento Participativo (OP) em Lisboa, para 2012, terminou ontem, traduzindo-se num número expressivo: mais de 17 mil pessoas, residentes na cidade e apenas com a possibilidade de validar um voto cada, escolheram entre as 228 propostas — das 800 iniciais. Mais seis mil votantes que no OP de 2011.

Porém, a vereadora responsável pelo OP da Câmara de Lisboa, Graça Fonseca, reconheceu, ao JN, que os objectivos do mecanismo estão longe do desejável. “Há que melhorar bastante a execução e a prestação de contas”, disse.

“Tentamos que sejam cumpridos os prazos e, não sendo, não

deixamos passar dois anos”, explicou. A execução do OP de 2010, com a proposta vencedora — a construção de um canil e gatil municipal —, com 754 votos, a arrancar só agora, é um dos exemplos.

O OP é um processo vinculativo em que os cidadãos, desde 2008, apresentam e votam as propostas que querem para a cidade, sem que o executivo municipal intervenha. Depois, integram o Orçamento municipal, com uma verba de 5 milhões de euros.

Ao JN, o presidente da Câmara, António Costa, admitiu que as verbas adjudicadas àquele mecanismo podem ser revistas para 2013. “Poderá diminuir se se mantiver este cenário de crise”, salientou, ontem, à margem de uma visita à Mouraria.

## ➔ Propostas curiosas

**CENTRO DE ESTUDOS “NON STOP”**  
 Foi proposto um centro de estudos aberto 24 horas a ser construído no parque de estacionamento do ISCTE (uma área grande) com acesso à internet, restaurantes e salas para grupos.

**PARQUE TEMÁTICO**  
 Um cidadão defende que “com a destruição da feira popular era de extrema importância a CML ceder um terreno para a explorar um parque temático. A cedência podia passar só pelo terreno e depois eram feitos contratos com carroceiros”.

**CALÇADA PORTUGUESA**  
 Foi proposto que a calçada portuguesa deve reduzir-se a “locais nobres” por causa do “custo da mesma, dificuldade na manutenção e cada vez menos calceteiros” e para reduzir “hipóteses de acidentes e dificuldades várias”.

## Cidadãos mais conscienciosos

“As análises do OP mostram que as obras decididas são sujeitas a menos vandalização e os habitantes cuidam delas”, frisa Giovanni Allegretti, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e co-director do Observatório “Peoples - participação, inovação, poderes locais”.

Lisboetas apresentaram mais de 800 propostas, das quais 228 estiveram em votação até ontem

Como analista de OP, nos últimos 15 anos, em vários países, Allegretti sugere que “não é tanto a votação na Internet, mas a discussão nas assembleias que dá pulso à qualidade crescente dos processos”. “Se os cidadãos se habituassem a um maior controlo sobre a coisa pública, continuariam a existir casos como o do ‘buraco’ na Madeira?”, questiona. ■